

## **Estudos Gerais da Arrábida**

### **A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA**

#### **Painel dedicado a Cabo Verde (3 de Fevereiro de 2003)**

#### **Depoimento de Pedro Gonçalves<sup>1</sup>, recolhido no Instituto de Ciências Sociais.**

*Esta sessão é especial, presente como depoente Pedro Gonçalves que em 1974 e 1975 participou enquanto alferes miliciano, na descolonização de Cabo Verde e hoje aqui está, retomando a exposição que fez na segunda sessão dedicada à descolonização do arquipélago, porque nessa altura, tendo falado, a sua gravação se estragou.*

**Pedro Gonçalves:** Cheguei a Cabo Verde em 16 de Novembro de 1974, no mesmo avião que o Manuel de Lucena e fui para o Comando Territorial Independente de Cabo Verde como alferes miliciano, no Mindelo, no Serviço de Contabilidade e Pagadorias. Depois, durante salvo erro Novembro, Dezembro, procedeu-se à eleição dos membros do MFA a nível de Cabo Verde, primeiro Barlavento e depois a nível de todo o arquipélago e fui nomeado membro do MFA de Barlavento e depois membro da Comissão do Comando Territorial de Cabo Verde. Nessa qualidade, fui convidado a participar em missões conjuntas, formaram-se missões conjuntas entre o MFA e o PAIGC, uma forma de articulação entre o MFA e, enfim, as forças locais, para fazer o levantamento da situação económica. A mim, coube-me o levantamento da situação da ilha de São Nicolau, da ilha de São Vicente, com o Eng.º Tito Oliveira

---

<sup>1</sup> Alferes miliciano no arquipélago de Cabo Verde e dirigente do MFA nestas ilhas (1974/75).

Ramos, que viria a ser no primeiro governo de Cabo Verde, ministro das Obras Públicas. De maneira que deslocámo-nos às ilhas. Esta deslocação tinha em vista fazer uma avaliação *in loco*: da nossa parte, até que ponto o PAIGC estava enraizado e se havia outras alternativas, qual era a situação económica, como é que as pessoas se davam, se havia carências a nível da saúde e a nível de infra-estruturas, em que medida é que o Governo de Transição (que se viria a instalar) poderia ajudar, ou aliviar os problemas. Foi um trabalho bastante sério, em que a equipa funcionou bastante bem. O Eng.º Tito Oliveira Ramos era um engenheiro civil, pertencia a uma empresa de construção, era uma pessoa moderada e de bom trato, de maneira que não foi difícil articularmo-nos e fazer um trabalho que foi louvado pelas instâncias a quem o apresentámos. Permitiu constatar que havia alguns militares do PAIGC, que se preocupavam com as populações. Na altura havia enfermeiras e enfermeiros disponíveis e davam consultas, e de uma maneira geral a administração que estava no local era a administração ultramarina normal, com os administradores de posto, que nos deram o maior apoio e que facilitaram as nossas deslocações, com o apoio das Forças Armadas.

**Manuel de Lucena:** Isso é o trabalho efectuado no quadro da preparação, ou já da actuação do governo de transição, em ligação com o PAIGC e na perspectiva de uma independência que a partir dos acordos de Lisboa, em Dezembro de 1974, se definira como sendo protagonizada unicamente por um partido, o PAIGC. No MFA, no entanto, decorreu um processo bastante contrastado, em parte anterior à sua chegada e à minha ao arquipélago, da qual tivemos, primeiro ecos e depois participação. E é sobre isso também que gostava de ouvir.

**Pedro Gonçalves:** Em relação aos ecos, foram longínquos, apercebemo-nos disso porque tivemos o privilégio de ficar fora das muralhas do quartel, em casas que eram reservadas a oficiais, mas por

aquilo que viemos a perceber depois, tinha havido incidentes em Setembro, entre o Exército português e a Marinha, e manifestações locais, que levantaram alguma celeuma.

**Manuel de Lucena:** Manifestações, não. Não foram cenas entre o Exército e a Marinha.

**Pedro Gonçalves:** Não, de todo.

**Manuel de Lucena:** Foram cenas entre as forças portuguesas e elementos da população.

**Pedro Gonçalves:** Exactamente, elementos da população, eventualmente com algum enquadramento, ou não, portanto, depois percebeu-se que tinha havido, enfim, algumas iniciativas, não sei se poderei dizer selvagens, se é uma palavra demasiado agressiva, mas pronto. Dá impressão de ter havido alguma iniciativa desenquadrada. O que é facto é que isso gerou algum pânico no meio dos oficiais do quadro permanente que recolheram ao quartel. Quando cheguei em Novembro, a situação estava praticamente pacificada e tivemos o privilégio de ficar nas casas que estavam reservadas aos oficiais, fora de portas. Isso permitiu-nos conviver com a população e ver que de facto não havia hostilidade nenhuma nomeadamente em relação aos milicianos, e andávamos perfeitamente à vontade.

**Manuel de Lucena:** E desarmados.

**Pedro Gonçalves:** Completamente desarmados, quer dizer, nunca durante toda a minha estadia que foi de 16 de Novembro a 5 de Julho de 1975, porque só regresssei a Portugal a 5 de Julho de 1975, tendo sido, juntamente com elementos da Marinha, o único quadro do Exército que esteve presente na cerimónia do arrear da bandeira no Mindelo, depois regresssei na corveta *Baptista de Andrade*. Durante esse período, não me servi uma única vez da minha arma, não fazia sentido, Cabo Verde não era uma zona de conflito, o convívio com a população era bastante ameno. Enfim, houve um ou outro problema com as frentes de

trabalho, porque na altura estava a ser desactivado o dispositivo militar, de maneira que todo aquele pessoal cabo-verdiano que apoiava logisticamente as famílias portuguesas começou a ficar desempregado, porque houve uma redução muito significativa dos efectivos em São Vicente, quer no Exército, quer na Armada. De maneira que como houve um aumento significativo do desemprego, houve um reforço das frentes de trabalho no âmbito do Plano de Fomento, que se mantinha em vigor.

**Manuel de Lucena:** Houve uma altura em que nos foi distribuída uma arma para as nossas noites fora do quartel e foi quando se desenhou uma crise de abastecimentos, mas isso não por nenhuma razão de hostilidade das populações, mas porque se temiam assaltos, reacções de desespero à fome.

**Pedro Gonçalves:** Claro, mas durante a estadia nunca notei manifestações de hostilidade, a não ser em momentos de tensão, resultante de atrasos no pagamento das frentes de trabalho, mas isso aconteceu uma vez esporadicamente, de resto, ao longo de todo esse período, nomeadamente em São Vicente, que foi a zona onde estive mais tempo, na cidade do Mindelo, nunca notei hostilidades, éramos bem tratados pelas pessoas.

**Manuel de Lucena:** Estávamos há bocado a falar numa situação anterior à dos contactos mais extensos com a população, a questão das divergências que se manifestaram no interior das próprias Forças Armadas portuguesas, na primeira fase, que é a fase anterior à chegada do senhor almirante [Almeida d'Eça] à colónia, como alto-comissário, a fase em que no MFA e dentro das Forças Armadas, há flutuações e há questões. De que é que se apercebeu?

**Pedro Gonçalves:** É natural que houvesse flutuações, porque as famílias políticas, eram bastante alargadas, embora com algumas divergências. Pode-se dizer que havia uma grande família de oposição. Não notei, durante a minha estadia, que houvesse grandes crispções e

radicalizações, o leque em Cabo Verde reflectia um bocado o leque militar, na altura, na metrópole.

**Manuel de Lucena:** Havia crispações.

**Pedro Gonçalves:** Quer dizer, havia crispações, mas a não ser os sectores da esquerda alinhados, não havia muito peso das organizações extremistas. De facto, havia maoístas, esquerdistas, até havia representantes do Grito do Povo. Pronto, claro que havia crispações, havia também militares moderados que se poderiam identificar eventualmente com as forças políticas que na altura eram o CDS e o PPD, é evidente que havia algumas discussões acesas. Agora, manifestações que tivessem resultado em manifestações exteriores... Quer dizer, é possível que tenha havido mas, com este distanciamento não me parece que tenha tido um grande significado, para além de ter tido alguns aspectos anedóticos.

**Manuel de Lucena:** Mas houve em Cabo Verde a definição paralela de certa maneira, ao reconhecimento do governo da metrópole do PAIGC como único representante do povo cabo-verdiano, com o qual se ia negociar a transição para a independência, e ao qual se ia entregar depois o país, chegada a independência, houve um paralelo com esse processo que decorreu fundamentalmente na metrópole e teve a ver com a evolução da situação política metropolitana. Houve em paralelo, até com reflexos em Cabo Verde, um processo em que os outros partidos presentes no território e que na primeira fase da descolonização, que é anterior aos acordos de Lisboa e à chegada a Cabo Verde do alto-comissário, há um processo em que pouco a pouco, os outros movimentos, que eram a UDC (União Democrática de Cabo Verde) e UPIC (União dos Povos da Independência de Cabo Verde) são progressivamente marginalizados. E esse processo, que decorreu com alguma crispação entre cabo-verdianos, reflectiu-se em alguma

hesitação e até discussões e divergências no interior do corpo expedicionário português.

**Pedro Gonçalves:** Isso é verdade, mas fundamentalmente isso aconteceu a nível da discussão... agora com as deslocações no terreno, para além daquelas, enfim, de alguns painéis murais que nós víamos, de facto, para além do PAIGC, as outras forças não tinham grande expressão, não tinham grande capacidade de mobilização.

**Manuel de Lucena:** Pois, isso é uma coisa de que eu não tenho certezas, porque não sei bem qual era a situação na Praia. Na Praia, parece que o PAIGC por exemplo controlava a rádio no Mindelo, a rádio era do Grémio. Portanto, estava controlada por comerciantes e parece, pelo menos a certa altura, ter sido mais a favor da UDC que por aí adquiriu uma certa expressão. Depois, dá-se até o caso da ocupação dessa Rádio por gente do PAIGC e com o nosso tácito consentimento.

**Pedro Gonçalves:** Pronto, de facto no rescaldo dessa ocupação da Rádio, foi solicitado pelo PAIGC que fossem recolhidas um certo número de pessoas e transferidas para Santiago.

**Manuel de Lucena:** Foram presos e foram parar ao Tarrafal. 28 ou 29, que foram presos ali e que acusavam de terem colaborado com a PIDE ou com os reaccionários do 28 de Setembro. E aí, não sei qual é a sua opinião, mas marcou-se uma viragem e a partir desse momento o PAIGC foi a força dominante, sem dúvida nenhuma e reconhecida por nós, quer em Lisboa nos acordos, quer no terreno pelas Forças Armadas em Cabo Verde.

**Pedro Gonçalves:** Sim, sim, estou completamente de acordo. Aliás, quando me desloquei ao terreno, não me senti minimamente enquadrado pelas pessoas que me acompanhavam e que eram do PAIGC, porque havia uma completa liberdade de movimentos e outra coisa não era de esperar da nossa parte, não estávamos à espera que a implantação no terreno do PAIGC fosse grande, mas de facto havia

algumas iniciativas e apoio à população que se via que não era propriamente coisas de montante. E das forças, enfim, não se via nada. Acho que, de facto, o momento da ocupação da Rádio e o seu rescaldo marcam uma viragem, que depois é acentuada com a nossa eleição para o MFA e os acordos de Lisboa.

**Manuel de Lucena:** E com a chegada do alto-comissário.

**Pedro Gonçalves:** Exactamente. Aliás, há aí um momento de espera, portanto, nós fomos eleitos para o MFA e só cerca de um mês e tal depois, é que tomamos posse. E então, é nessa altura que se desenvolve esse processo. Portanto, há um processo em paralelo das minhas actividades, no âmbito militar, que são as actividades de administração e contabilidade no Comando Territorial Independente de Cabo Verde e o trabalho, enfim, a colaboração com as forças no terreno, que era o PAIGC. Portanto, fez-se o levantamento da tal situação económica e isso foi entregue, foi feito para todas as ilhas e a partir daí é que foi iniciado o processo eleitoral, o levantamento dos cadernos eleitorais. Acho que isso terá servido de alguma maneira para o Governo de Transição ter um quadro minimamente actualizado do que se passava nas ilhas, coisa muito incipiente, atendendo aos meios de que dispúnhamos.

**Manuel de Lucena:** Talvez seja altura de reflectir um bocado sobre as coisas que já foram aqui contadas e de fazer uma pergunta: quando chegou a Cabo Verde, levava uma ideia do que ia fazer? Tinha uma ideia de como devia passar-se o processo de descolonização? Em que é que a experiência no terreno e vários meses de trabalho confirmaram ou modificaram essa opinião?

**Pedro Gonçalves:** Fui para Cabo Verde numa situação muito particular, porque fui contactado em Dezembro de 1973 pelos milicianos, para o MFA. Ou seja, pertencia, não de uma forma orgânica mas informal, aos milicianos que depois estiveram ligados ao MFA a seguir ao 16 de Março

e participei em reuniões com o António Reis e mais uma série de gente; e, na altura em que fui mobilizado para Cabo Verde, estava no secretariado dos conselheiros de Estado militares.

**Manuel de Lucena:** O Conselho de Estado que foi instituído pela Lei nº 3/74 e que tinha membros civis e membros militares. Havia um staff de elementos militares dos três ramos das Forças Armadas.

**Pedro Gonçalves:** Exactamente.

**Manuel de Lucena:** Com quem mais?

**Pedro Gonçalves:** Desse secretariado do conselho militar de Estado, que funcionava em São Bento, recordo-me do Luís Filipe Salgado Matos, e fizemos nossos os compromissos que o próprio MFA tinha aceite. Ou seja, se fôssemos mobilizados, acatávamos a mobilização. E foi o que se passou comigo: fui mobilizado e não levantei qualquer obstáculo.

**Manuel de Lucena:** E com quem do MFA colaborou mais? Havia alguém, ou era [colaboração] indiscriminada? Era um secretariado que trabalhava para todos igualmente?

**Pedro Gonçalves:** Era um secretariado que trabalhava para todos igualmente, e aconteceu uma situação caricata: numa altura em que a viatura do primeiro-ministro, que na altura era o coronel Vasco Gonçalves, tinha saído para ir buscar uns documentos, fui no meu 2 cavalos levar o coronel Vasco Gonçalves, o comandante Almeida Contreiras e mais outra pessoa a Belém.

**Manuel de Lucena:** Mas quando partiu para Cabo Verde, não tinha nenhuma ligação especial a nenhuma das forças em presença.

**Pedro Gonçalves:** Não tinha nenhuma ligação orgânica, só tinha a ligação da Escola Prática de Administração Militar, não era mais que isso.

**Manuel de Lucena:** Voltando à questão inicial. Parte para Cabo Verde e o que é que Cabo Verde lhe ensinou? Confirmou as ideias com que partia?



**Pedro Gonçalves:** O único contacto que eu tinha tido com o PAIGC antes de Cabo Verde, tinha sido com o Jamel da Cruz, que era um elemento do período pré-25 de Abril, que conheci na Associação de Cabo Verde, e que me indicou alguns contactos que depois não se chegaram a realizar.

**Manuel de Lucena:** Contactos em Cabo Verde, já com gente do PAIGC?

**Pedro Gonçalves:** Com gente do PAIGC. Eu devia ter sido, mas nunca cheguei a ser contactado nessa sede, conheci-os posteriormente. Portanto, eu fui para Cabo Verde imbuído um bocado naquele espírito pré-25 de Abril, dos anos 60, que o que era esquerda, é bom, o que é direita é mau. Enfim, isto é daquelas aprendizagens que nós fazemos ao longo da nossa vida, em que acabamos por encontrar gente boa e oportunistas em todos os quadrantes. Isso para mim foi uma experiência importante, não tinha nenhum pré-conceito em relação à descolonização de Cabo Verde, aceitava a descolonização porque havia um princípio que era aceite, que era o princípio da descolonização. O modelo da descolonização... não tinha ideias preconcebidas, mas aquilo de uma forma geral era a descolonização e a independência e isso não era muito questionado. Agora, como é que as coisas se iriam passar no terreno...

**Manuel de Lucena:** Mas uma das questões, para além de saber se era autodeterminação ou [logo] independência, havia em relação a Cabo Verde e à Guiné um problema fundamental e que era o da unidade [destes territórios]. A reivindicação dos nacionalistas do PAIGC, que era um partido da Guiné e de Cabo Verde, era a da união, que aliás dava alguns problemas de que já falámos no seminário, entre o dr. Mário Soares, o general Spínola e o PAIGC. No terreno, isso apareceu? A questão da unidade?

**Pedro Gonçalves:** Como é que hei-de dizer... a questão da unidade, não era uma questão muito sentida pelos cabo-verdianos, era mais aceite como um princípio-quadro. Eu conheci alguns quadros cabo-verdianos e comandantes da guerrilha, quando estive no período de transição.

**Manuel de Lucena:** Mas essa guerrilha, é da Guiné.

**Pedro Gonçalves:** Da guerrilha da Guiné, é evidente.

**Manuel de Lucena:** Mas nos contactos havidos com os quadros do PAIGC, é claro que era doutrina do partido, mas eu pessoalmente, em contactos com a população, que não foram extensos, foram muito menos extensos do que os teus, várias pessoas me se manifestaram muito reticentes, quando não contrárias, à unidade com a Guiné, que era defendida pelos funcionários públicos e pelos estudantes, que diziam qualquer coisa como «A Guiné dá a riqueza e nós daremos os quadros». Porque era uma coisa que a administração portuguesa sempre tinha feito, tinha-se servido sempre de quadros cabo-verdianos para colonizar a Guiné. Mas depois, a gente comum, as lavadeiras, enfermeiros, comerciantes, etc., a questão da união com a Guiné era vista com reticências ou até medo.

**Pedro Gonçalves:** Não. Quer dizer, com um bocado de medo do desconhecido, as pessoas não faziam a mínima ideia, não se sentiam próximas da Guiné, era uma realidade que lhes era completamente desconhecida. Havia uma forte ligação aos portugueses. Isso notava-se. No âmbito das minhas relações, a não ser com intelectuais (e os intelectuais com os quais eu privava eram próximos do PAIGC), os outros não se mostravam muito. De maneira que não havia propriamente hostilidade, agora de facto, o que via na maior parte das pessoas com quem falava, era um certo distanciamento em relação à Guiné. Enfim, talvez algum receio, enfim, não privavam, não conheciam. Hostilidade talvez houvesse mas não era patente, agora, de facto,

daquilo que eu pude observar, uma observação um bocado limitada porque não podemos esquecer que era branco, embora os brancos fossem bem tratados em Cabo Verde, e que estava fardado, portanto, não podia estar à espera que as pessoas se abrissem comigo, era natural que houvesse uma certa desconfiança, pertencia a um exército que tinha estado em Cabo Verde de uma forma pacífica e com o qual as pessoas tinham colaborado durante tantos anos, e de repente aparecia ali para descolonizar, as pessoas não percebiam muito bem o que eu era. De maneira que não podia estar à espera de grandes confidências. Medo, nunca me apercebi de medo, talvez algum receio por parte das pessoas que não sabiam de todo o que era a Guiné e aqueles, enfim, os três ou quatro comandantes da guerrilha, com quem eu privei, nomeadamente o Alípio Pires, o Ornelo Dantas e o Álvaro Dantas Tavares, que era da Marinha, que tinham estado na guerrilha, tinham familiares em Cabo Verde, mas não eram muito conhecidos pela população. E depois outras pessoas, o Tito Oliveira Ramos, o Mário Moreira, que na altura era furriel, que era um aderente do PAIGC e uma pessoa moderada. Uma coisa que eu achei curiosa é que os membros cabo-verdianos do PAIGC dessa altura [eram moderados] (não estou a falar de estudantes, porque houve de facto problemas com o liceu e alguns incidentes).

**Manuel de Lucena:** No liceu havia uma linha mais radical.

**Pedro Gonçalves:** Mais radical, mais maoísta, mais próxima do Silvino da Luz. O Silvino da Luz era o baluarte de um certo radicalismo. Às vezes, como se diz, acagaçava um pouco determinadas pessoas. Enfim, nós que vínhamos de Lisboa não nos impressionava, porque já tínhamos assistido a algumas manifestações de radicalismo. De uma forma geral, percebia-se que a realidade em Cabo Verde não era nem branca, nem preta, mas sim mestiça, como tudo o que há em Cabo Verde. A realidade é um bocado mestiça e, enfim, temos que enquadrar e rever

algumas concepções ideológicas e adaptá-las à realidade. O que eu vi, de facto, é que havia um bom espírito de colaboração apesar de algumas diferenças, entre os cabo-verdianos e os portugueses e acho que, nesse aspecto, o Governo de Transição, para além de alguns problemas de ordem pública que houve, com algumas manifestações radicais, com problemas, pronto, provavelmente [mais falados] noutros depoimentos, teve uma atitude meritória, quer no relançamento de algumas obras do Fundo de Fomento, mantendo algum emprego, com todas as suas limitações, com frentes de trabalho a tirarem as pedras da calçada, o que é uma actividade que, por muito útil que seja, é um bocado desmoralizante, e portanto uma pessoa que vem da metrópole, habituada a ver trabalho de obras públicas, mesmo que sejam frentes de trabalho a tirarem as pedras da calçada, é um bocado revoltante.

**Manuel de Lucena:** Não era só tirar as pedras da calçada. Havia um muruzinhos no jardim, que eram construídos e destruídos para serem voltados a construir, era o pretexto para pagar alguns salários e para dar de comer a algumas pessoas. E depois havia aquelas estradas extraordinárias, que não iam dar a parte nenhuma.

**Pedro Gonçalves:** Claro. De maneira que, para quem veio da metrópole e está habituado a fazer coisas com destino, com propósito e com um objectivo, chega a tocar as raiais do revoltante. E de facto, durante esse período de tensão, eu vi alguma capacidade de enquadramento, por parte de elementos do PAIGC, que também tiveram dificuldades, porque quem mandava o dinheiro era a metrópole e se as coisas não viessem a horas, as coisas corriam mal para toda a gente e as dificuldades eram para toda a gente, mas de facto, perspectivaram-se algumas obras que passaram a levar a algum lado e foi aliciante, ao fim e ao cabo, participar numa descolonização em que se viu começar a fazer coisas num país que, quando aterrei no Sal, parecia de facto o fim do mundo.

**Manuel de Lucena:** Referiu-se atrás à revisão de alguns conceitos ideológicos, ou à crise desses conceitos.

**Pedro Gonçalves:** Como hei-de dizer? O que me parece é que nós quando começamos a fazer alguma coisa, temos determinadas ideias que se vão arrumando na nossa cabeça. E depois a realidade encarrega-se de as modificar e de as alterar, para entrarmos em compromisso, porque não é possível fazer coisas sem nos comprometermos, ou seja, sem nos empenharmos e sem entrarmos em compromisso. E eu senti isso, quer no seio do MFA, ao calar às vezes algumas divergências e acho que não fiz mal, quer depois no terreno, ao falar com as pessoas e ao tentar perceber o que se passava.

**Manuel de Lucena:** Isso tudo jogava em que sentido? De uma maior moderação?

**Pedro Gonçalves:** De uma maior moderação, para permitir uma maior acção e sair de um certo marasmo, isto foi uma coisa que eu aprendi mais tarde porque voltei a Cabo Verde como cooperante. Há uma coisa que eles chamam o «juntamon», que é juntar as mãos e portanto, em períodos de crise, complicados, se nós não juntarmos as mãos, não vamos a lado nenhum e isto é verdade a nível de fazer coisas e também é verdade a nível político. E eu acho que isso foi uma aprendizagem que eu também fiz em Cabo Verde.

**Manuel de Lucena:** Pois, na linha do que acabou de dizer, gostava de perguntar em primeiro lugar, quais os problemas, económicos e sociais que se puseram até à independência, e dos quais pôde dar-se conta, dado que colaborava muito com o Governo de Transição, e por outro lado, quais os principais problemas políticos e como é que foram sendo resolvidos.

**Pedro Gonçalves:** Em termos económicos, de facto, Cabo Verde encontrava-se numa grande dependência do exterior, quer das remessas de emigrantes, quer das verbas do Fundo de Fomento. Eram

períodos difíceis para Portugal e também foram períodos difíceis para Cabo Verde, mas foi possível relançar um pouco as obras de fomento e dar-lhes algum sentido.

**Manuel de Lucena:** Um exemplo, talvez, para não ficarmos no abstracto.

**Pedro Gonçalves:** Eu acho que sobretudo ao nível das estradas, continua a haver alguma colaboração da engenharia militar, que teve um papel importante no período de transição, da mesma maneira que teve um papel importante em Portugal, a rasgar estradas e a arranjar caminhos. A nível da assistência médica e medicamentosa, mais naquilo que o PAIGC pôde angariar de alguns apoios a nível internacional, no combate ao analfabetismo e depois as próprias...

**Manuel de Lucena:** No combate ao analfabetismo [o apoio] também foi internacional? Os professores dificilmente podiam ser outros que não portugueses ou guineenses.

**Pedro Gonçalves:** Havia algumas aulas de alfabetização com manuais que eram de Cabo Verde, outros enfim, manuais portugueses. Para além do sistema de ensino continuar, foi importante o Governo de Transição lançar as raízes de um primeiro Governo [cabo-verdiano]. O Governo de Transição tinha uma autonomia nunca sonhada, porque o problema não se punha durante o período anterior. Acho que foi uma forma de Cabo Verde ganhar algumas unhas e quadros, porque os quadros cabo-verdianos do Governo de Transição transitaram para o primeiro Governo de Cabo Verde a seguir ao 5 de Julho. A nível das relações internacionais, o PAIGC tinha expressão própria e um peso desmedido em relação à sua dimensão geográfica, resultante muito do trabalho iniciado por Amílcar Cabral. Acho que isso se sentia, não tanto no Governo de Transição, porque o problema não se punha aí, mas mais ao nível da angariação dos apoios internacionais. Portanto começaram a chegar alguns simpatizantes [estrangeiros]. Depois, houve alguns

problemas de ordem pública, mas que foram sendo resolvidos da melhor forma.

**Manuel de Lucena:** Por exemplo?

**Pedro Gonçalves:** Houve alguns problemas em São Vicente, houve problemas em Santiago.

**Manuel de Lucena:** Que género de distúrbios?

**Pedro Gonçalves:** Eu suponho que provavelmente os elementos do Governo de Transição falaram nisso melhor do que eu. Alguns levantamentos num aquartelamento da Praia, alguns problemas em Santo Antão, portanto aí mais próximos de nós, mas acho que isso foi resolvido da melhor forma, e depois houve um processo eleitoral que se passou de uma forma razoavelmente pacata, se atendermos ao que se passou noutros países.

**Manuel de Lucena:** Significa que também aí houve alguns conflitos e algumas crispações?

**Pedro Gonçalves:** Eu acho que sim, mais em relação a Santo Antão. Santo Antão era uma ilha relativamente isolada em termos de ligações, o único contacto que havia era o barco, para atravessar o canal, que separa a São Vicente por um lado e liga por outro. E portanto, acho que foi um período para relançar um pouco a actividade e lançar as bases de uma administração local. Não nos podemos esquecer de que em Cabo Verde nunca tinha havido guerra e o próprio PAIGC compreendeu durante o período de Transição que teria de contar muito com o que já existia. Para o melhor e para o pior.

**Manuel de Lucena:** E o que já existia era em parte a administração que nós deixávamos.

**Pedro Gonçalves:** Exactamente.

**Manuel de Lucena:** E essa administração era composta em larga parte por cabo-verdianos, mas também havia portugueses. Como é que isso se passou?

**Pedro Gonçalves:** A administração de posto era fundamentalmente assegurada por cabo-verdianos. A administração portuguesa era só a nível de Barlavento e Sotavento. A nível local não tenho ideia que houvesse propriamente elementos portugueses.

**Manuel de Lucena:** Portanto, [portugueses eram mais nos] serviços gerais.

**Pedro Gonçalves:** Exactamente, nos serviços gerais. As autarquias (as autarquias ou os embriões de autarquias) tiveram contacto com a burocracia e foi a partir daí que a própria administração de Cabo Verde se começou a formar.

**Manuel de Lucena:** Voltando ao processo eleitoral, em Cabo Verde (e isso é uma originalidade em relação a outras descolonizações), o acordo de transição previa a eleição, que se realizou, de uma constituinte para Cabo Verde e foram eleições precedidas por um processo de recenseamento que começou nos princípios do ano de 1975. Como é que isso tudo se passou? Passou-se de uma maneira correcta, mais ou menos correcta, com maior ou menor adesão das populações, entusiástica ou mais apática? Foi um recenseamento, digamos, de pouca gente ou de massas? Como é que isso tudo se passou? E, depois, como é que se passaram as eleições?

**Pedro Gonçalves:** Eu tenho ideia que em relação a São Vicente, que era de facto a ilha que eu conhecia melhor, houve uma certa adesão a nível de recenseamento eleitoral. Agora ouvi dizer que houve problemas em Santo Antão, que são mais ou menos do domínio público, uns mais, outros menos.

**Manuel de Lucena:** Qual é o problema de Santo Antão?

**Pedro Gonçalves:** O problema de Santo Antão foi, quer a nível dos cadernos eleitorais, quer ao nível das candidaturas. Acho que terá havido crispação e uma fraca aceitação do próprio PAIGC.



**Manuel de Lucena:** Pois, houve aquela cena grande com os montanheses da Garça. Parece que a certa altura se revoltaram um bocado contra o PAIGC. Isso também teve depois expressão, quando foi do processo eleitoral?

**Pedro Gonçalves:** Exactamente.

**Manuel de Lucena:** E as eleições, propriamente ditas? Nos dias das eleições ainda estava lá? Estava em São Vicente?

**Pedro Gonçalves:** Em São Vicente.

**Manuel de Lucena:** Tudo se passou com muita adesão, muita gente a votar, ou com pouca gente a votar?

**Pedro Gonçalves:** Em São Vicente, houve bastante gente e o processo decorreu normalmente. Daquilo que eu ouvi dizer, em São Nicolau também. Os problemas de maior dimensão foram em Santo Antão. Acho que correu bem, o próprio arrear da bandeira foi uma cerimónia digna para todas as partes, até por parte dos elementos das Forças Armadas de transição que depois foram o embrião do exército do PAIGC. Houve aqui um trabalho meritório de instrução dos novos pelotões que deram origem às Forças Armadas de Cabo Verde. Embora seja um civil, posso dizer que, apesar das limitações, cumprimos a nossa missão em Cabo Verde.